

ÁREAS VERDES: A IMPORTÂNCIA DO SEU PLANEJAMENTO

BORA, Isabella Cristhina¹
GOMES, Vitória Rezende Amaro²
SANTIN, Guilherme³
SILVA, Bianca Emanuely⁴
MADUREIRA, Eduardo Miguel Prata⁵

RESUMO

Por conta das constantes modificações das paisagens, causadas pelo processo de expansão urbana, as áreas verdes têm sido destruídas, fragmentadas e isoladas de seus habitats naturais. Nesta linha de pensamento, as áreas verdes são de grande importância por conta de sua capacidade de proporcionar a qualidade ambiental para a população. Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo apresentar aspectos conceituais que definem e caracterizam a arborização e as áreas verdes, enfatizando a importância dessas áreas para as cidades – sendo então, a responsável por amenizar os impactos ambientais, desconforto térmico e melhorar a qualidade de vida. A partir disto, foram realizadas pesquisas em busca da resposta para o problema inicial, destacando a importância do planejamento de áreas verdes para os municípios em geral, bem como compreendendo seus efeitos.

PALAVRAS-CHAVE: Áreas Verdes; Arborização; Planejamento; Urbanismo;

1. INTRODUÇÃO

A presença da natureza na urbe acarreta positivamente em serviços ambientais tanto para o ser humano, quanto para a sociedade em si, como a melhoria do tratamento estético, do conforto térmico e ambiental, proteção contra a ventilação ou insolação excessiva, melhora na qualidade do ar e até do microclima local. Todos esses fatores acarretam em vários benefícios para a cidade e sua população.

Partindo-se disso, percebe-se o conceito de bem-estar ao projeto de paisagismo e que muitas vantagens são adquiridas com a vegetação, evidenciando-se a importância do planejamento e implantação de áreas verdes no município.

Assim, estabelece-se como problema de pesquisa: qual a importância das áreas verdes para o município? Visando responder ao problema proposto, elegeu-se como objetivo geral analisar conceitos de arborização e áreas verdes em ambientes urbanos, de modo a reduzir o impacto ambiental, preservando o meio ambiente, melhorando a qualidade de vida dos habitantes. De modo

¹ Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo – FAG. E-mail: isabellabora@hotmail.com

² Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo – FAG. E-mail: vih_gomes@hotmail.com

³ Acadêmico do Curso de Arquitetura e Urbanismo – FAG. E-mail: gs.arquitetura96@gmail.com

⁴ Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo – FAG. E-mail: biancaemanuely@outlook.com.br

⁵ Professor orientador, docente do curso de Arquitetura e Urbanismo - FAG. E-mail: eduardo@fag.edu.br

específico este artigo buscou: analisar conceitos de arborização e áreas verdes; apresentar autores que tratem dessa temática; compreender a eficácia da implantação desses conceitos num município.

A metodologia desse projeto será a revisão bibliográfica. Para Pádua (1997) a revisão bibliográfica consiste em uma intencionalidade com o objetivo de produzir conhecimentos possibilitando a compreensão e a transformação da realidade. Esta atividade está ligada a um complexo de valores ideológicos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com Lira Filho (2012) praças e parques estão associados a funções sociais e ambientais. Uma das finalidades das praças é proporcionar lazer, recreação e atividades comunitárias à população urbana. Os parques podem ser divididos de acordo com seus intuitos, existindo parques de preservação, parques especiais, parques de recreação, parques de vizinhança, parques de bairro e até parques metropolitanos.

Mascaró (2005), aponta que as cidades cresceram com características próprias e com conflitos, como: deterioração de sua periferia, estabelecimento de indústrias de forma dispersa ou concentrada, não estando inserida no espaço. Por esse motivo, a paisagem deve ser tratada com especial sensibilidade.

2.1. ÁREAS VERDES

Antigamente, áreas verdes e jardins tinham objetivos de lazer e repouso. Nos dias de hoje com as adversidades existentes nas cidades, as áreas verdes, os jardins e os parques são uma necessidade não só para a ornamentação urbana, mas também para a salubridade, lazer e especialmente de amparo para o meio ambiente na presença da degradação das cidades (LIMA, 2006).

A partir de 1970 as cidades brasileiras passaram a sofrer com demasiadas transformações. A tentativa de compreender a variedade das particularidades do espaço urbano, referente às suas dimensões socioambientais, tornou-se uma preocupação cada vez mais evidenciada para o planejamento e a gestão urbana. Os assuntos pertinentes à qualidade ambiental das áreas urbanas vêm sendo discutido por inúmeros pesquisadores nos níveis técnicos e científicos. Entre os conteúdos importantes, a vegetação interurbana obteve destaque nos últimos anos por conta das

finalidades que esta pode cumprir na melhoria das circunstâncias do ambiente urbano (BARGOS e MATIAS, 2011).

As áreas verdes têm função importante para a qualidade ambiental e são destinadas para sustentar o verde urbano. A substituição do verde das paisagens pelo concreto das edificações das cidades gera modificações nos padrões naturais de passagem das águas, por exemplo, fazendo com que as áreas urbanas se tornem sinônimos de instabilidade dos ecossistemas e de vários processos de erosão (LONDE e MENDES, 2014).

A justificativa da preservação das áreas verdes urbanas é por conta de seu potencial de proporcionar qualidade ambiental à população. Ela se envolve de modo direto na qualidade de vida dos seres através das finalidades sociais, ecológicas, estéticas e educativas, que elas cumprem para diminuir as implicações negativas da urbanização. É considerável enfatizar que a manutenção das áreas verdes é extremamente importante para que as mesmas possam cumprir inteiramente suas funções, sendo preciso analisar que elas devem estar conservadas adequadamente (LIMA, 2006).

2.2. IMPORTÂNCIA DA IMPLANTAÇÃO DE ÁREAS VERDES

Como já mencionado, as áreas verdes têm grande importância para a qualidade ambiental das cidades, pois é responsável por manter o equilíbrio entre o espaço modificado do urbanismo e o meio ambiente. Essas áreas verdes são consideradas como um indicador na análise da qualidade ambiental urbana, visto que esses espaços livres públicos obrigatórios por lei, quando não efetivados, interferem na qualidade do ambiente. A ausência de arborização, por exemplo, pode apresentar desconforto térmico e possíveis alterações no microclima, e como essas áreas também assumem papel de lazer e recreação da população, a ausência desses espaços interfere na qualidade de vida (BARGOS e MATIAS, 2011).

Apesar da vegetação ser considerada um importante critério para a qualidade ambiental urbana, é possível observar discordâncias conceituais entre os que estudam o tema, em razão de termos como áreas verdes, espaços livres e áreas de lazer, por exemplo, serem usufruídos indistintamente como sinônimos de referência para a presença de áreas verdes, quando na realidade não são obrigatoriamente. Os termos áreas verdes, espaços e áreas livres, arborização urbana, verde urbano, têm sido constantemente aplicados no meio científico com o mesmo sentido para identificar a vegetação intraurbana. Contudo, considera-se que a maior parte deles não são sinônimos, e muito menos referem-se aos mesmo elementos (DE ANGELIS e LOBODA, 2005).

As distintas terminologias utilizadas para indicar áreas verdes, não apresentam o mesmo significado, embora, todas façam parte do “verde urbano”, não contando os espaços livres, que por ser uma expressão mais extensa, podem ou não se incluir nesta área. Os problemas urbanos enfrentados hoje em dia, sendo eles a poluição do ar e da água, enchentes, ruídos em excesso, entre outros, causam sérios prejuízos à saúde física e mental da população. Além do mais, o crescimento populacional e das cidades associado com a ausência de políticas públicas eficazes, qualificadas para organizar este crescimento com a manutenção das áreas verdes, ocasionou na redução da vegetação nas cidades, tornando-as cada vez menos receptivas ambientalmente para a ocupação urbana (LONDE e MENDES, 2014).

Analisando a diversidade de conceitos atribuídos ao termo área verde pode-se dizer que, desta forma, torna-se cada vez mais difícil organizar um planejamento urbano que atenda às necessidades da sociedade. A obrigação de uma padronização e adequação mínima do conceito de áreas verdes urbanas, ainda que sem conhecer as especificidades de cada local, faz-se oculto nos dias atuais visando garantir uma compreensão adequada sobre os problemas a serem enfrentados e também para permitir uma correta intervenção nos espaços urbanos com vistas à manutenção e preservação dessas áreas (DE ANGELIS e LOBODA, 2005).

De forma mais clara, principalmente nas últimas décadas, a discussão dos problemas ambientais está se tornando uma temática obrigatória para o cotidiano citadino. Assim sendo, as áreas verdes tornaram-se os principais ícones de defesa do meio ambiente pela sua degradação, e pelo exíguo espaço que lhes é destinado nos centros urbanos (DE ANGELIS e LOBODA, 2005).

A qualidade de vida urbana está diretamente ligada a vários fatores que estão reunidos na base do desenvolvimento econômico-social e àqueles ligados à questão ambiental. No caso do ambiente, as áreas verdes públicas estabelecem elementos imprescindíveis para o bem-estar da população, pois influencia diretamente a saúde física e mental da população. Com o alvo de melhorar a qualidade de vida, pelas áreas de preservação dos recursos hídricos e recreação, preservação ambiental, e à própria sociabilidade, essas áreas acabam tornando-se atenuantes da paisagem urbana (BARGOS e MATIAS, 2011).

No argumento da qualidade de vida urbana, as áreas verdes, além de contribuir melhorias ao meio ambiente e ao equilíbrio ambiental; atuam para o desenvolvimento social, trazendo benefícios ao bem-estar, a saúde física e psíquica da população, ao proporcionarem condições de aproximação do homem com o meio natural, e disporem de condições estruturais que favoreça a prática de atividades de recreação e de lazer. Assim, quando adotadas as medidas de infraestrutura adequada, segurança, equipamentos e outros fatores positivos, podem se tornar atrativas à população, que passará a frequentá-las, para a realização de atividades físicas como, corrida, práticas desportivas,

caminhada, passeios, descanso e relaxamento; práticas importantes na restauração da saúde física e mental dos indivíduos (LONDE e MENDES, 2014).

Os espaços de áreas verdes de uma cidade exercem a função do seu volume, distribuição, densidade e tamanho, inúmeros benefícios ao seu entorno. Com ênfase ao meio urbano, estas áreas proporcionam a melhoria da qualidade de vida pelo fato de garantirem áreas destinadas ao lazer, paisagismo e preservação ambiental. As áreas verdes urbanas são de extrema importância para a qualidade da vida urbana. Elas agem simultaneamente sobre o lado físico e mental do Homem, absorvendo ruídos, atenuando o calor do sol; no plano psicológico, atenua o sentimento de opressão do Homem com relação às grandes edificações; constitui-se em eficaz filtro das partículas sólidas em suspensão no ar, contribui para a formação e o aprimoramento do senso estético, entre tantos outros benefícios. (DE ANGELIS e LOBODA, 2005).

As cidades estão mundialmente fazendo rápidas mudanças, resultado de um permanente processo de urbanização. O motivo é o crescimento das cidades em um processo dinâmico, tendo uma característica comum: cada vez mais espaço-intensivo, com uma crescente demanda de espaço para usos urbanos: para acomodar moradias, serviços públicos, indústrias, áreas de recreação, infraestrutura (tratamento de água e esgoto, produção de energia) e para a construção das malhas de transporte, colocando paisagens culturais e naturais para as grandes cidades (COSTA, 2010).

O rápido crescimento urbano traz uma grande consequência na alteração da paisagem e das características ambientais, principalmente para as grandes cidades, gerando uma série de problemas para a administração pública, relacionando-se diretamente com a qualidade ambiental e a forma como afeta a qualidade de vida de suas populações (HILDEBRAND, 2002).

No crescimento das cidades uma característica muito importante, e muitas vezes é deixado de lado, é a atenção com as áreas verdes. Como a modificação da paisagem continua em andamento acelerado, progressivamente se perdem significativos espaços naturais ou ainda restantes representam verdadeiras ilhas nas “cidades-sem-fim”. O processo de urbanização na Europa, originado pela necessidade de uma adequação às condicionantes econômicas, demográficas e à situação política, por exemplo: o declínio populacional e o aumento da longevidade, liberalização de mercado, desindustrialização, entre outros, oferece consequências significantes, tanto para o ambiente natural como na organização das sociedades urbanas (COSTA, 2010).

As áreas verdes urbanas possuem sua relevância no entendimento de reconhecer seu papel prático no metabolismo da cidade, ou seja, as áreas verdes trabalham no conjunto das manifestações químicas e físicas por meio de assimilação das essências necessárias à vida. No momento presente, as intervenções antrópicas no meio ambiente natural estão sendo observadas como o método de se

conservar e manter, reestruturando e alterando, de maneira a encontrar o equilíbrio entre a natureza e o ambiente urbano (FEIBER, 2004).

A utilização das áreas verdes além de proporcionar, através do acesso aos parques públicos, o entretenimento da população é encarregado por acalmar os impactos produzidos pela intensa densificação dos ambientes urbanos. A massa construída acarreta resultados no microclima das regiões que poderão ser amenizados pela existência da vegetação (LIMA, 2006).

Pode-se acreditar que o ambiente urbano é produzido pelo sistema natural (meio físico e biológico) e pelo sistema antrópico (constituído pela sociedade e suas atividades). Contudo, não atua como um lugar fechado onde a sociedade encontra tudo o que precisa, mas sim como um método aberto, dependendo de artifícios do meio ambiente. Ao ocupá-lo e utilizá-lo para o levantamento das cidades e seu crescimento, a sociedade modifica o meio natural por meio da remoção da cobertura vegetal para construir estradas, casas e acessórios públicos sem projetar os espaços que estão sendo transformados. Muitas vezes essas construções são em lugares impróprios ou mesmo sem as preocupações mínimas quanto ao relevo, aos corpos d'água e nascentes; as construções não respeitam a drenagem natural das águas relacionadas às declividades dos terrenos podendo provocar enchentes, deslizamentos e outros danos que afetem a população residente nesses locais (FEIBER, 2004).

Muitas dessas propostas de evolução, têm em vista a melhoria da qualidade de vida no meio urbano. Isso quer dizer, necessariamente, a melhoria do meio ambiente e da estabilidade ambiental. Áreas verdes são componentes fundamentais para atingir estes objetivos. Elas são os componentes *per se* naturais dentro do ambiente excessivamente artificial em que as nossas cidades se modificam. As áreas verdes são identicamente significantes para o bem-estar e as situações de saúde dos cidadãos, por permitirem a biodiversidade, conceber respeitável parte da paisagem urbana, por ofertarem benefícios econômicos significativos e produzir áreas estruturais e funcionais fundamentais para alterar as nossas cidades em lugares mais agradáveis de viver. (COSTA, 2010).

O planejamento e a gestão das áreas verdes estão presumidos no Plano Diretor e são determinadas segundo parâmetros de progresso e ampliação urbana. De maneira geral, o entendimento do conteúdo possui um caráter amplo, e comumente refere-se ao lugar onde há dominação de vegetação, incluindo as praças, os jardins, as unidades de conservação, os canteiros centrais de ruas e avenidas, trevos e rotatórias de vias públicas (LONDE e MENDES, 2014).

Na maioria das cidades encontra-se, ferramentas de programação que controlam a quantidade e a qualidade das áreas verdes, em planos diretores, como já dito. Em muitas situações faltam, no entanto, opiniões e visões abrangentes e técnicas adequadas, que venham a adaptar o desenvolvimento e a gestão desses espaços com as políticas mais globais para o progresso urbano.

Sucessivos déficits em quantidade ou qualidade em toda a Europa e o baixo valor a eles concedido demandam técnicas convenientes para a evolução e melhoria do sistema verde urbano. Assegurar o aumento das áreas verdes, mesmo na era do desenvolvimento sustentável, é ainda um difícil trabalho, reivindicando muitas vezes um dedicado engajamento pessoal (COSTA, 2010).

Quanto ao domínio ambiental, diferentes indicadores podem ser estabelecidos para a avaliação ecológica ou de monitoramento ambiental, que envolve, por sua vez, análise de aspectos urbanos como a drenagem de águas pluviais, tratamento de resíduos sólidos, cobertura vegetal, risco geológico, nível de ruídos, poluição atmosférica, contaminação do solo, poluição hídrica, áreas verdes, dentre outros. Assim, as áreas verdes poderão ser um dos critérios de análise tanto da qualidade ambiental, quanto da qualidade de vida. (LONDE e MENDES, 2014).

Como indicador de qualidade ambiental as áreas verdes precisam ser consideradas conforme sua distribuição e dimensão espacial para que o planejamento urbano e ambiental supra as necessidades da sociedade e não apenas seja conduzido à valorização e preservação da vegetação no meio urbano. (BARGOS e MATIAS, 2011).

Os problemas relacionados ao meio ambiente têm sido observados com mais intensidade nas cidades, por isso os estudos relacionados com a qualidade do ambiente urbano contribuem para melhorar o planejamento a partir da geração de políticas capazes de tornar o uso e a ocupação do solo nas cidades menos impactantes ao meio ambiente, e melhorar a qualidade de vida da população, que necessita de um ambiente ecologicamente equilibrado. A questão ambiental se agrava e ganha importância cada vez mais à medida que as cidades se expandem e se apropriam demasiadamente dos recursos naturais. (LIMA, 2006).

Outro problema também identificado na maioria desses espaços é a falta de infraestrutura básica, como, por exemplo, a falta de galerias para o escoamento das águas pluviais, falta de rede coletora de esgoto e principalmente a falta de tratamento desses resíduos, que na maioria das vezes são lançados indevidamente nos corpos d'água. Também são considerados problemas a falta de vegetação nas áreas verdes e espaços públicos destinados ao lazer e à recreação da população, que interferem na qualidade ambiental nos espaços urbanos, assim como na qualidade de vida da população (BARGOS e MATIAS, 2011).

A distribuição da vegetação na cidade está relacionada com processos históricos ou até culturais. Algumas áreas destinadas às áreas verdes são inadequadas, como as próximas a cursos d'água, considerando que essas áreas por lei deveriam ter espaços reservados com preservação permanente. Estes fatos influenciam negativamente na qualidade de vida da população, principalmente se vinculados a falta de planejamento que considere os elementos naturais. (LONDE e MENDES, 2014).

A importância do espaço de livre acesso público e as grandes alterações que a utilização desses espaços vêm sofrendo nos últimos anos mostra a dificuldade de se estabelecer critérios urbanísticos e a necessidade de se criar regras que sejam flexíveis para permitir a implantação de projetos que se adaptem às novas situações (LIMA, 2006).

A Lei Federal nº 6.766/79 do parcelamento do solo refere-se aos espaços livres, às vias de circulação, praças e espaços livres como domínio público, são considerados então os espaços abertos públicos ou destinados a integrar o patrimônio público nos loteamentos. A área verde pode ser considerada como tipo de espaço livre, mas é tratada neste caso em separado. A lei do parcelamento do solo determina que da área total do projeto de loteamento deve ser destinado um mínimo de 10% a 15% para áreas verdes. O problema é que nem sempre fica claro de quem é a obrigação de cuidar e manter esses espaços, causando muitas vezes desconforto para a população adjacente (COSTA, 2010).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância das áreas verdes na urbe está atrelada a qualidade ambiental e de vida que elas proporcionam, isso porque são responsáveis por manter o equilíbrio entre o meio ambiente e o espaço construído no urbanismo. O crescimento populacional e das cidades associado à ausência de políticas públicas eficazes e aos problemas urbanos (poluição do ar e da água, ruídos, etc) faz com que haja a necessidade de um planejamento quanto sua implantação e existência, de forma a tornar as cidades mais receptivas ambientalmente. Isso porque além da função de conforto, as áreas verdes também assumem papel de lazer e recreação, assim, quando escolhidas as medidas de infraestrutura corretas, segurança, equipamentos e outros fatores positivos, podem se tornar atrativas à população, que a utilizarão para a realização de atividades físicas, práticas importantes na restauração da saúde física e mental dos indivíduos.

Além disso, a utilização de áreas verdes proporciona o entretenimento da população, acalma os impactos produzidos pela densificação dos ambientes urbanos, ameniza os impactos da massa construída no microclima das regiões, pois faz a assimilação das essências necessárias a vida.

REFERÊNCIAS

- BARGOS, D. C.; MATIAS, L. F. **Áreas Verdes Urbanas: Um Estudo de Revisão e Proposta Conceitual**. Sociedade Brasileira de Arborização Urbana. REVSBAU, Piracicaba – SP, 2011.
- COSTA, C. S. Áreas Verdes: Um Elemento Chave para a Sustentabilidade Urbana. **Arquitextos**, São Paulo, v. 11, 2010.
- DE ANGELIS, B. L. D; LOBODA, C. R. Áreas Verdes Públicas Urbanas: Conceitos, Usos e Funções. **Ambiência - Revista do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais**, Guarapuava, 2005.
- FEIBER, S. D. **Áreas Verdes Urbanas Imagem e Uso: caso do passeio público de Curitiba/PR**. Editora UFPR, 2004.
- HILDEBRAND, E. **“Valoração Contingente” na Avaliação Econômica de Áreas Verdes Urbanas**. UFPR, 2002.
- LIMA, V.; AMORIM, M. C. C. T. A Importância das Áreas Verdes para a Qualidade Ambiental das Cidades. **Revista Formação**, n.13, p. 139 -165. 2006.
- LIRA FILHO, J. A. **Paisagismo Princípios Básicos**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001.
- LONDE, R. P.; MENDES, P. C. A Influência das Áreas Verdes na Qualidade de Vida Urbana. **Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, 2014.
- MASCARÓ, L. MASCARÓ J. **Vegetação urbana**. 2. Ed. Porto Alegre, 2005.
- PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da Pesquisa**. Papirus, 1997.